



Senado aprova penas mais severas para roubo de cargas

De acordo com projeto, que retorna à Câmara, o motorista que usar veículo para a prática de furto, roubo, receptação ou contrabando de mercadorias perderá a carteira de habilitação

O Plenário do Senado aprovou ontem projeto que aumenta a punição para crimes como contrabando, furto, roubo e receptação de mercadorias. O texto foi aprovado com modificações e, por isso, voltará à Câmara.

De acordo com a proposta, relatada por Ana Amélia, o motorista que usar veículo para a prática desses crimes estará sujeito à cassação da carteira de habilitação ou à proibição de obtenção do documento por cinco anos.

Se a prisão for em flagrante, o juiz poderá

decretar a suspensão da permissão para dirigir ou a proibição para obter a habilitação.

Para reaver a carteira após a punição, o condutor deverá se submeter a todos os exames exigidos por lei.

O projeto também prevê a extinção da empresa que transportar, distribuir, armazenar ou comercializar produtos falsificados ou que sejam fruto de contrabando ou descaminho. Ela terá assegurado o direito à ampla defesa e, se for condenada, perderá a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica. **3**



Simone, Serra, Eunício e Braga na sessão que aprovou medidas para reforçar a prevenção e o combate ao roubo de cargas

Jefferson Rudy/Agência Senado



Senadores votam proposta que pretende evitar que restituições fiquem retidas na Receita Federal quando não há má-fé

Texto que agiliza restituição retida vai à Câmara

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou ontem projeto que permite ao contribuinte retido na malha fina agilizar a liberação de sua

restituição. Se não houver recurso para votação pelo Plenário, o projeto segue para a Câmara dos Deputados.

O texto faculta ao contri-

buinte apresentar espontaneamente à Receita Federal a documentação que comprova a regularidade das informações da declaração retida. **5**

Debate pede regulamentação do cultivo medicinal da maconha

Em audiência pública ontem pela manhã, na Comissão de Assuntos Sociais, pesquisadores e famílias que lutam pela regulamentação da maconha para fins medicinais defenderam a aprovação do projeto

que descriminaliza o cultivo caseiro da planta. À tarde, numa segunda parte do debate, especialistas afirmaram que o uso de maconha pelos jovens não deve ser abordado apenas pelo viés repressivo. **7**



Marta Suplicy (4ª à dir.) ouve Andrea Gallassi, da UnB, na audiência pública

Roque de Sá/Agência Senado

Indicações de embaixadores vão a Plenário

Nomes de Tovar da Silva Nunes, para a Rússia, e Evandro de Sampaio Didonet, para a Suíça, foram aprovados ontem na Comissão de Relações Exteriores. **7**

Projetos sobre IPI de refrigerantes terão urgência

O Plenário aprovou ontem urgência na votação de projetos que sustam decreto do governo que alterou alíquotas de IPI sobre insumo para fabricação de bebidas. **8**

Comissão apoia campanha em defesa de estatais e serviço público

A campanha Brasil Forte foi lançada ontem em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos. Promovida pela Central Única dos Trabalhadores, a ação nacional defende o serviço público e condena a privatização de estatais e o teto de gastos. **4**



A presidente da CDH, Regina Sousa, e o vice, Paulo Paim, aprovam ação

Edilson Rodrigues/Agência Senado

Eunício: combate a fake news não pode ser censura **2**

Audiência mostra investimento em baixo carbono **6**

Comissão que analisa MP sobre fretes aprova plano

A medida provisória institui a Política de Preços Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas e é parte integrante do acordo do governo para o fim da greve dos caminhoneiros, ocorrida em maio

FOI APROVADO ONTEM o plano de trabalho da comissão mista da medida provisória sobre o tabelamento do preço mínimo dos fretes rodoviários.

A edição da MP 832/2018 fez parte do acordo do governo para o fim da greve dos caminhoneiros, ocorrida em maio. A medida institui a Política de Preços Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas.

O colegiado aprovou outros 11 requerimentos que deverão ser incorporados ao plano de trabalho.

Segundo o relator da comissão, deputado Osmar Terra (MDB-RS), o objetivo é ouvir o maior número possível de representantes dos grupos envolvidos na questão. Ele propôs a realização de quatro audiências públicas, que deverão contar com a participação de representantes dos caminhoneiros autônomos, dos embarcadores, do setor de combustíveis e do governo.

— Nós vamos abrir um leque de audiências públicas para

fazer com que todos possam se manifestar, do caminhoneiro autônomo até as maiores entidades empresariais do Brasil. Todos devem se manifestar, passando, inclusive, pelas cooperativas e centros de estudo [sobre o assunto] — afirmou o relator.

O deputado informou que os debates ocorrerão nos dias 26 de junho e 3 de julho, pela manhã e pela tarde. A previsão é que o relatório seja apresentado no dia 4 de julho para que a medida provisória possa ser aprovada nos dias 10 e 11 de julho nos Plenários da Câmara e do Senado, antes do recesso parlamentar.

Tabelamento

A medida provisória estabelece que a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) defina semestralmente, por meio da edição de tabelas, os preços mínimos dos fretes por quilômetro rodado. Já estão vigentes, desde 30 de maio, tabelas com os preços mínimos para o transporte de

cargas geral, a granel, frigorificada, perigosa e neogranel, publicadas por uma resolução da ANTT. As definições valem para todos os transportadores (autônomos, empresas e cooperativas) que realizam o transporte rodoviário remunerado de cargas.

As tabelas, contudo, foram alvo de críticas e de mais de 50 ações no Supremo Tribunal Federal (STF), que questionam a resolução da ANTT. Sobre o assunto, o relator disse que o tabelamento de preços mínimos faz parte de um processo complexo, em que interesses devem ser separados. Para ele, o mais importante, contudo, é que condições favoráveis de trabalho sejam garantidas aos caminhoneiros autônomos.

— Isso [a tabela de preços mínimos] também está em discussão lá [no STF], mas independentemente do que acontecer nós devemos fazer andar o nosso trabalho e procurar dar um desfecho o mais rápido possível para ele — declarou.



Eunício afirma que não se pode pôr em risco a liberdade de expressão

Congresso não patrocinará censura prévia, afirma Eunício

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, disse ontem que não patrocinará qualquer tipo de censura prévia ou de cerceamento da liberdade de expressão.

— Não se pode, por combater *fake news*, pôr em risco a liberdade de expressão. O Congresso Nacional, sob minha presidência, não patrocinará qualquer tipo de censura prévia ou cerceamento do direito à liberdade de opinião — afirmou, durante o seminário Impactos Sociais, Políticos e Econômicos das Fake News.

Promovido pela Associação Brasileira de Rádio e Televi-

são (Abratel), o encontro discutiu o papel do jornalismo no combate às notícias falsas.

Eunício afirmou ainda que as redes sociais propagam notícias falsas que podem promover uma “devastação ilegal” de candidaturas.

— Duas horas de circulação de notícias falsas exigiriam meses, anos de trabalho para reconstruir a verdade. A internet não esquece.

Segundo Eunício, o Parlamento debate intensamente o fenômeno das *fake news* e seus impactos em todos os setores da sociedade.

Com Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado



Documento aprovado ontem pelo colegiado prevê audiências públicas. Intenção é votar relatório até 11 de julho

Lasier anuncia projeto contra nepotismo em empresa terceirizada

Lasier Martins (PSD-RS) anunciou ter apresentado projeto para vedar o nepotismo em empresas terceirizadas. Ele citou reportagem do programa *Fantástico*, da Rede Globo, que mostrou a prática de políticos nomearem parentes para empresas contratadas pelo poder público. O PLS 301/2018 também prevê a publicidade dos contratos das empresa terceirizadas, com a publicação do nome dos sócios e dos empregados, dos salários e da jornada de trabalho.

— Essa prática do nepotismo conspira contra princípios fundamentais, como a impessoalidade e a moralidade.



Jorge Viana destaca decisão do STF que inocentou Gleisi

Jorge Viana (PT-AC) comemorou decisão da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, que inocentou Gleisi Hoffmann (PT-PR) por falta de provas do crime de corrupção. Segundo ele, a senadora e pessoas de sua família sofreram e tiveram suas vidas destruídas durante quatro anos, com acusações na imprensa e nas redes sociais e ações na Justiça, no âmbito da Operação Lava Jato, baseadas apenas em delações que, agora, se mostraram improcedentes.

— Será que vão dar à senadora Gleisi o mesmo espaço que deram, durante quatro anos, tentando destruir a vida dela, do Paulo Bernardo, da sua família? Será que vão dar?

Medeiros pede suspensão de pedágio na rodovia BR-163

José Medeiros (Pode-MT) decidiu pedir à Procuradoria-Geral da República a suspensão do pedágio na BR-163. Ele explicou que há mais de um ano a bancada de Mato Grosso procura todas as instâncias para conseguir a duplicação da rodovia.

O senador explicou que o BNDES não libera recursos para que a Odebrecht duplique a estrada e essa situação é cômoda para a construtora, que continua cobrando o pedágio sem fazer as obras.

— O edital dizia que nós íamos pagar pedágio para termos uma rodovia em que não houvesse tanta mortandade.



Lei prorroga prazo de conclusão de planos de mobilidade urbana

Os municípios brasileiros terão mais tempo para concluir seus planos de mobilidade urbana (PMUs). É o que estabelece a Lei 13.683, publicada ontem no *Diário Oficial da União*. A nova lei tem origem no PLV 11/2018, decorrente da medida provisória (MP 818/2018) aprovada no Senado no dia 28.

As prefeituras que não tiverem elaborado o PMU poderão fazê-lo até abril de 2019. O prazo anterior terminou em abril deste ano, seis anos após a entrada em vigor da lei que instituiu a Política Nacional de Mobilidade Urbana (PNMU — Lei 12.587, de 2012). Quem descumprir a regra ficará impedido de receber recursos orçamentários

federais destinados ao setor.

Foi vetada, no entanto, a apresentação de um plano de mobilidade para região metropolitana de forma única para as regiões metropolitanas com mais de um milhão de habitantes.

O presidente Michel Temer alegou que “a possibilidade de plano de mobilidade único para região metropolitana poderia admitir a interpretação da substituição dos planos de mobilidade municipais das cidades envolvidas, que são mais amplos, específicos e abarcam soluções das formas mais básicas de deslocamento, podendo causar burocratização das decisões para o deslocamento de pessoas e cargas pelo espaço urbano”.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CDH Reforma tributária**
9h Audiência interativa para debater reforma sugerida pela Anfp e pela Fenafisco.
- CRE Índia e Suécia**
9h Sabatina de dois embaixadores.

- PLENÁRIO Sessão não deliberativa**
11h Sessão sem votações, destinada a discursos e avisos da Mesa.
- CSF Reforma agrária**
16h Audiência interativa para debater qual reforma agrária o Brasil precisa.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

Senado aprova regras mais duras para roubo de carga

Projeto aprovado no Plenário determina que motorista que usar veículo para a prática de furto, roubo, receptação, descaminho e contrabando de mercadorias perderá a carteira de habilitação

O PLENÁRIO APROVOU ontem medidas para reforçar a prevenção e repressão a crimes como contrabando, descaminho, furto, roubo e receptação. Entre as mudanças estão punições a motoristas que usarem seus carros para cometer esses delitos. Aprovado com alterações, o texto voltará à análise da Câmara dos Deputados.

Do deputado Efraim Filho (DEM-PB), o PLC 8/2018 altera o Código de Trânsito Brasileiro para punir o motorista que usar o veículo para a prática de receptação, descaminho e contrabando de mercadorias. A punição pode ser a cassação da habilitação ou a proibição de obtenção do documento por cinco anos. A pena deve ser aplicada em caso de condenação transitada em julgado (sem possibilidade de recurso) por algum desses delitos.

A relatora da proposta na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), senadora Ana Amélia (PP-RS), acrescentou ao texto os crimes de furto e roubo, já que esses delitos precedem a etapa da receptação.

O projeto também dá ao condutor a possibilidade de requerer reabilitação, desde que se submeta a todos os exames exigidos pela lei. No caso de prisão em flagrante por esses crimes, o juiz poderá decretar a suspensão da permissão para dirigir ou a proibição da retirada da habilitação. A decretação pode se dar em qualquer fase da



Ana Amélia estendeu a punição para quem pratica furto ou roubo com carro

investigação ou ação penal, em decisão motivada e para a garantia da ordem pública.

Outra mudança no projeto incluída no Senado é a previsão de extinção da empresa que transportar, distribuir, armazenar ou comercializar produtos que sejam fruto de contrabando ou descaminho ou produtos falsificados. Apesar de assegurar o direito ao contraditório e à ampla defesa em processo administrativo, a emenda estabeleceu a perda da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

Novos registros

O texto proíbe a concessão de novo registro no CNPJ, pelo prazo de um a cinco anos, à empresa que tenha sócios ou administradores em comum com a empresa cujo CNPJ tiver sido cancelado pelo

envolvimento com os crimes descritos.

O texto determina ainda que estabelecimentos que vendem cigarros e bebidas alcoólicas afixem o seguinte alerta, escrito de forma legível e colocado em local visível: "É crime vender cigarros e bebidas de origem ilícita. Denuncie!". A falta desse aviso pode acarretar ao comerciante advertência, interdição e cancelamento da autorização de funcionamento ou multa.

Foi rejeitado destaque da bancada do PT para excluir a possibilidade de cassação da habilitação e de suspensão do direito de dirigir. Para Humberto Costa (PT-PE), a medida dificulta o processo de ressocialização de quem já cumpriu a pena. Para Ana Amélia, no entanto, essas punições deverão conferir eficácia maior à lei.

Normas para corretor de moda seguem para sanção

O Senado aprovou ontem, em votação simbólica, um projeto que regulamenta a profissão de corretor de moda. Pelo PLC 200/2015, do deputado Adail Carneiro (Pode-CE), o corretor de moda deverá cumprir dois requisitos para exercer a profissão: ter concluído o ensino médio e o curso de corretor de moda. A

proposta também garante o exercício da profissão aos que já estiverem nesse mercado um ano antes da publicação da nova lei. O projeto vai à sanção presidencial.

Segundo a relatora da proposta na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), Marta Suplicy (MDB-SP), o corretor de moda trabalha facilitando as com-

pras de lojistas, consumidores e revendedores do setor de confecções, acessórios, calçados e bolsas. O profissional tem a missão de garantir a qualidade dos produtos em oferta e facilitar eventuais trocas e recompras, além de otimizar o tempo dos compradores.

No relatório, Marta informa que o comércio de roupas e acessórios, de acordo com dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), envolveu, em 2011, mais de 365 mil empresas, 680 mil postos de trabalho e R\$ 9,3 bilhões em salários. Somando-se as cadeias têxtil e de confecção, o faturamento chega a US\$ 55 bilhões. Estima-se que o país fabrique 10 bilhões de peças (de vestuário, cama, mesa e banho) a cada ano, e é nesse contexto que o corretor de moda atua.



Profissional facilita compras de consumidores, revendedores e lojistas

Embaixadores na Argélia e no Azerbaijão são confirmados

Com 40 votos a favor, 1 contra e 1 abstenção, o Plenário aprovou ontem a indicação do diplomata Flavio Marega para chefiar a embaixada brasileira em Argel, na Argélia, país muçulmano no Norte da África.

Também ontem, os senadores aprovaram, com 42 votos a 3 e 1 abstenção, a indicação do diplomata Manuel Adalberto Carlos Montenegro Lopes da Cruz para exercer o cargo de embaixador do Brasil em Baku, no Azerbaijão.

Marega foi subchefe da Divisão do Mercado Comum do Ministério das Relações Exteriores, em 1999, chefe do Núcleo de Apoio à Presidência pro tempore brasileira do Mercosul, em 2000, subchefe da Divisão de Comércio de Serviços, Investimentos e Assuntos Financeiros, em 2001, e coordenador-geral de Contenciosos, em 2006.

Na sabatina ocorrida na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), Marega ressaltou que o Brasil vê a Argélia como um parceiro diferenciado na África e no mundo árabe, entre outros motivos devido ao significativo fluxo comercial com o país, hoje da ordem de US\$ 3,5 bilhões, o que faz da nação o segundo maior parceiro comercial brasileiro

no continente africano.

A população da Argélia é de 41,3 milhões de pessoas. Em 2015, o PIB era de cerca de US\$ 159,1 bilhões. Já o PIB per capita era de US\$ 3.852. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,745 — o país ocupa a 83ª posição entre 188 nações.

O Brasil importa da Argélia nafta (derivado do petróleo usado como matériaprima da indústria petroquímica) e óleo bruto de petróleo.

Petróleo

Pouco menor que Portugal, o Azerbaijão, país localizado no Leste Europeu, tem população de 10 milhões de habitantes e possui reservas expressivas de petróleo e gás natural.

Manuel Lopes da Cruz é bacharel em relações internacionais pela Universidade de Brasília (UnB) e iniciou a carreira diplomática em 1986. Mestre em relações internacionais e em ciência política, exerceu diversos cargos no Itamaraty. Ele serviu nas embaixadas do Brasil nos Estados Unidos, na Argentina e na Bolívia, onde ocupou o cargo de ministro-conselheiro.

A indicação do diplomata foi elogiada pelo relator da mensagem na CRE, senador Hélio José (Pros-DF).

Acordo tributário entre Brasil e Argentina vai a promulgação

O Plenário do Senado aprovou ontem o texto do Protocolo de Emenda à Convenção entre o Brasil e a Argentina destinado a evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre a renda (PDS 70/2018). O projeto, que foi aprovado pela manhã na Comissão de Relações Exteriores (CRE), segue agora para promulgação.

Com 28 artigos, o protocolo dá nova redação à convenção de 1980. O novo texto aborda questões como o capital cons-

tituído por bens imóveis e bens móveis, ações e participações no capital de uma sociedade e a troca de informações entre as autoridades dos países.

Para o relator, Fernando Collor (PTC-AL), o protocolo "aproxima esses países das práticas internacionais mais modernas nesse domínio, formando um canal de incentivo para investimentos entre os países signatários e levando ao estreitamento bilateral de suas relações comerciais e econômicas".

Comissão analisa jornada de 30 horas semanais para psicólogo

Um projeto que estabelece jornada de trabalho de 30 horas semanais para psicólogos deverá ser analisado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), decidiu o Plenário do Senado ontem.

O texto (PLS 511/2017) estava pronto para ser votado pelo Plenário, mas Pedro Chaves (PRB-MS) apresentou um requerimento pedindo o exame da proposta pela CAE. Para o senador, trata-se de um tema

que precisa ser analisado também sob a ótica econômica, já que a redução da jornada poderia impactar o orçamento dos entes públicos, além de elevar custos de empregadores do setor privado.

O projeto é oriundo de uma sugestão popular de proposta legislativa. Acatada pela Comissão de Direitos Humanos (CDH), a sugestão passou a tramitar como projeto de lei do Senado.

Campanha em defesa do serviço público recebe apoio em comissão

Combater a venda de estatais e o teto de gastos também é objetivo da ação a ser lançada pela CUT e que foi apresentada em audiência ontem

A CAMPANHA NACIONAL Brasil Forte, em defesa do serviço público e das estatais, foi apresentada ontem em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos (CDH). Promovida pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), a campanha também tem como objetivo combater a Emenda Constitucional 95, que criou um teto para os gastos públicos. O debate no Senado contou com mais de 30 palestrantes, entre senadores e representantes de entidades sindicais.

O secretário de Comunicação da CUT, Roni Barbosa, informou que as organizações sindicais estão se preparando para promover, logo após a Copa do Mundo, uma manifestação nacional chamada Dia do Basta contra o que classificou como “entrega do patrimônio brasileiro às multinacionais”. Pelos cálculos dele, o programa de privatização da exploração de petróleo significa entregar 5 bilhões de barris do pré-sal a empresas estrangeiras.

— Pesquisa de opinião do Vox Populi a pedido da CUT mostrou que 70% da população brasileira é contra a venda das estatais. Parece que o Brasil está em liquidação — afirmou.

Senadores

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) condenou o processo de privatização das estatais, especialmente na área do petróleo, o que definiu como desnacionalização do Brasil.



Senador Paulo Paim (C) conduz o debate na Comissão de Direitos Humanos sobre a campanha Brasil Forte

— Querem entregar uma riqueza do povo brasileiro a preço de banana para as multinacionais. Nós dependemos de vocês, porque somos minoria aqui. Mas se houver uma mobilização, que não precisa ser de rua, mas uma mobilização inteligente, basta mostrar a verdade para o povo que a gente consegue virar a situação — disse.

A senadora Fátima Bezerra (PT-RN) enfatizou que é preciso lutar contra o “Estado mínimo, no que se refere à cidadania, e o Estado máximo de privilégios para meia dúzia”.

— Temos de buscar um Estado forte, que traga a democracia de volta e o Brasil inclusivo dos anos do presidente Lula — afirmou.

O senador Jorge Viana (PT-AC) disse que o governo Temer está desmontando o Estado nacional e o serviço público.

— O servidor é uma peça fundamental, um instrumento que a gente tem para fazer um serviço público de qualidade,

para melhorar a autoestima de todo mundo. Não é destruindo que a gente vai melhorar. É melhorando que a gente vai seguir em frente — analisou.

Pressão popular

A secretária de Relações de Trabalho da CUT, Maria das Graças Costa, explicou que a campanha Brasil Forte vai envolver 3,9 mil entidades filiadas à central sindical e terá perfil nas redes sociais.

O objetivo, de acordo com ela, é criar um cenário de pressão popular para forçar os parlamentares a não aprovar a venda de empresas públicas.

Representante da Coalizão Antiausteridade e pela Revogação da Emenda Constitucional 95, Lizely Borges disse que o limite de gastos públicos levou mais 1,5 milhão de pessoas à extrema pobreza, que se somam a outros 15 milhões nessa condição, segundo dados da Fundação Abrinq.

O secretário de Finanças da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Servi-

ço Público (Condsef), Pedro Armengol, também criticou o teto de gastos. Ele afirmou que, com apenas um ano de vigência, a Emenda Constitucional 95 já retirou 40% dos investimentos em políticas públicas.

Segundo o representante do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), Neuriberg Dias, a campanha Brasil Forte visa unificar as forças da sociedade para combater uma agenda iniciada pelo Parlamento que busca implantar um Estado mínimo no país em 20 anos. Ele citou como exemplos desse processo, além da emenda do teto de gastos, a reforma trabalhista, já em vigor, e a reforma da Previdência, ainda em discussão.

O representante da central CSP Conlutas, Gibran Jordan, disse que, em face do desafio, ele não via outro caminho a não ser construir uma ampla frente que possa impedir que o processo de desmonte do Estado prossiga.

Ângela Portela critica privatização do setor elétrico

A privatização das distribuidoras de energia faz parte do processo de destruição do setor elétrico nacional, opinou Ângela Portela (PDT-RR). Ela alertou para os valores mínimos “extremamente baixos” para a venda das empresas. A senadora disse que os estados com distribuidoras deficitárias poderão ser “abandonados à própria sorte”, situação que aumentará o prejuízo para Roraima. Ângela lembrou que Roraima é dependente da energia da Venezuela, que não está sendo paga pelo governo federal há três meses.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Vanessa Grazziotin condena venda da Eletrobras

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) acusou o governo Temer de promover a privatização das principais empresas nacionais. A senadora citou um projeto que o governo enviou à Câmara com o objetivo de privatizar as distribuidoras da Eletrobras. A oposição está unida para que a proposta não seja aprovada, afirmou.

— O governo está acabando com a economia nacional, entregando a joia da coroa à iniciativa privada, ao capital internacional. E por quê? Para cobrir um rombo.

Ela comemorou a aprovação, na Comissão de Constituição e Justiça, de projetos que sustam decreto do governo que alterou o IPI sobre concentrados de refrigerante.

Bolsista de escola beneficente pode ter cota em universidade

Alunos bolsistas de escolas beneficentes de assistência social poderão ter direito a reserva de vagas em universidades públicas. A proposta foi aprovada ontem na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

De autoria de Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), o PLS 197/2018 recebeu parecer favorável de Lídice da Mata (PSB-BA) e segue agora para a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

A Lei de Cotas (Lei 12.711, de 2012) determina que metade das vagas de universidades federais seja reservada a alunos que cursaram todo o ensino médio em escolas públicas.

Paulo Paim (PT-RS) elogiou

a iniciativa, que beneficiará estudantes baixa renda.

— Os beneficiários da bolsa são estudantes de família de renda mais baixa, então merecem o nosso apoio legal — disse o senador.

A CDH também aprovou projeto do senador licenciado Telmário Mota (PTB-RR) que iguala agentes indígenas aos agentes comunitários de saúde (PLS 184/2018).

A relatora, Regina Sousa (PT-PI), disse que a equiparação é necessária para garantir direitos aos trabalhadores das comunidades.

— Os agentes indígenas de saúde têm, inclusive, competências adicionais, como a necessidade de conhecer práticas e saberes tradicionais.

Comissão aprova região de desenvolvimento no Sul do RS

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou ontem projeto que autoriza a criação da Região Integrada de Desenvolvimento (Ride) da Metade Sul do Rio Grande do Sul. A criação de uma Ride procura viabilizar a articulação de políticas públicas em um espaço geográfico para melhorar as condições econômicas e sociais da região.

Segundo o autor do PLS 129/2018, Lasier Martins (PSD-RS), o objetivo é diminuir as desigualdades no local, que tem perdido população diante das dificuldades sociais e de emprego.

— A parte norte é considerada a parte rica do estado. A região noroeste também

enfrenta dificuldade, mas nada se compara à dificuldade da metade sul — afirmou o senador.

De acordo com o relator, Paulo Paim (PT-RS), a parte sul do estado gaúcho tem apresentado redução da importância econômica e populacional desde a década de 30. O senador disse que os poderes públicos precisam se unir no apoio à região.

O projeto também cria o Programa Especial de Desenvolvimento da Metade Sul do Rio Grande do Sul para estabelecer os critérios de unificação dos procedimentos relativos aos serviços públicos. A proposta segue agora para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Fátima anuncia audiência para discutir Petrobras

Fátima Bezerra (PT-RN) acusou o governo Michel Temer de promover o desmonte da Petrobras, enquanto beneficia as multinacionais do petróleo com isenções que poderão provocar uma perda de arrecadação de mais de R\$ 1 trilhão. A senadora anunciou que a Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) fará uma audiência no dia 11 de julho, com a presença de governadores e especialistas, para discutir os impactos nos estados do desmonte da Petrobras.

— Esses dados têm que chegar à mesa do povo.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Vai à Câmara liberação de contribuinte na malha fina

Projeto permite a quem tiver a declaração de Imposto de Renda retida pela Receita Federal apresentar espontaneamente a documentação que comprova a regularidade das informações fornecidas

O CONTRIBUINTE RETIDO na malha fina do Imposto de Renda (IR) poderá ter o direito de agilizar a liberação de sua restituição. A possibilidade está prevista no PLS 354/2017, de Ronaldo Caiado (DEM-GO), aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Se não houver recurso para votação pelo Plenário, o projeto segue para a Câmara dos Deputados.

O texto faculta ao contribuinte apresentar espontaneamente a documentação que comprova a regularidade das informações da declaração retida. Ele poderá fazer isso mesmo sem ter sido intimado pela Receita Federal. A proposta garante prioridade na revisão da declaração em malha fina para quem se antecipar.

Segundo Caiado, a intenção é evitar uma situação hoje muito comum — por insuficiência de servidores, há atraso no processamento das declarações, o que faz com que a restituição de milhões de contribuintes fique retida pela simples falta de um documento, sem que haja má-fé.

“Somente após decorrido um longo período, a fiscalização



Pedro Franco/Agência Senado

Caiado: texto evita que restituições fiquem retidas quando não há má-fé

tributária intima os contribuintes para apresentação da documentação. Esse comportamento é cômodo para o Fisco, que não tem qualquer pressa na análise. É, todavia, prejudicial para o contribuinte, que deve suportar a constrição indireta em seu patrimônio”, argumenta Caiado na justificativa do projeto.

Emenda

No parecer pela aprovação, o relator, Lasier Martins (PSD-RS), reconhece o mérito e a oportunidade da iniciativa:

“A busca pela agilização e desburocratização dos procedimentos fiscais deve ser constante nos trabalhos par-

lamentares. Qualquer medida que esteja em harmonia com os anseios dos contribuintes merece acolhida”, diz.

O texto recebeu uma emenda de Hélio José (Pros-DF) acolhida pelo relator. A intenção é permitir que o Fisco dê prioridade a cobranças que estão perto da decadência.

“É necessária essa ponderação entre a prioridade a quem entrega documentos comprobatórios da regularidade e a segurança de apreciação das declarações que estão próximas à decadência, de forma a não ocasionar prejuízos ao Fisco, que correria o risco de perder o direito de cobrar os tributos”, justifica Lasier.

Aprovadas regras de contrato com organização social

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) confirmou ontem, em turno suplementar, a aprovação do projeto que estabelece novas regras para celebração, controle e rescisão de contratos de gestão do poder público com organizações sociais.

O PLS 427/2017, de José Serra (PSDB-SP), foi aprovado na forma de substitutivo do relator, Wilder Moraes (DEM-GO), que deve seguir para a Câmara, se não houver recurso para análise em Plenário.

O texto reforma a Lei 9.637, de 1998, que regula a qualificação de entidades como organizações sociais. Apesar de o Supremo Tribunal Federal (STF) já ter declarado a constitucionalidade da norma, Serra acredita ser necessário promover ajustes, para fazer com que essas organizações e os contratos de gestão a elas vinculados sejam norteados pela “transparência, idoneidade e impessoalidade”.

Wilder identificou “grandes avanços” na revisão proposta para contratos de gestão firmados entre governos e organizações sociais. Como exemplos, citou a realização de convocação pública, a

criação de teto remuneratório, as regras para rescisão dos contratos e a punição das entidades envolvidas em atos ilícitos.

Uma das principais mudanças no texto foi permitir a estados, Distrito Federal e municípios estabelecerem, em leis específicas, critérios próprios de representação nos órgãos dirigentes dessas organizações, distintos dos baixados pela administração federal.

Outra inovação foi possibilitar à organização usar os recursos públicos recebidos também para a compra de equipamentos, obras e outros investimentos. Para o relator, “isso dará maior segurança jurídica e flexibilidade para as organizações sociais gerirem o objeto da parceria”. Mas Wilder acatou sugestão de mudança para determinar que equipamentos e materiais permanentes comprados com esses recursos sejam inalienáveis e tenham a propriedade transferida à administração pública, se a organização social for extinta.

Outra novidade do substitutivo é determinar a fiscalização da execução do contrato de

gestão pelo controle interno do Executivo respectivo, bem como pelas instituições de controle externo da administração pública, como TCU e Ministério Público.

O texto afasta a incidência da Lei de Licitações (Lei 8.666, de 1993) e de demais normas reguladoras de contratações públicas sobre esses contratos de gestão, já que teriam caráter de convênio. Busca ainda tornar mais clara a responsabilização do poder público pela falta de repasse das obrigações trabalhistas e fiscais da organização social.

O texto proíbe a celebração de contratos de gestão por organizações para que prestem serviços considerados atividades privativas de Estado (funções de fiscalização e do exercício do poder de polícia, entre outros), ou a prestação apenas de suporte administrativo.

Wilder também acatou parcialmente emenda para salientar que está impedida de celebrar contratos a organização que não tenha prestado contas, cujas contas tenham sido rejeitadas ou cujos dirigentes tenham sido condenados por improbidade.

Orçamento 2019 poderá estimular energia solar e telecomunicações

A Comissão Senado do Futuro (CSF) aprovou ontem duas propostas de emenda de acréscimo de meta do senador Hélio José (Pros-DF) ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2019. A primeira tem como o objetivo de viabilizar a implantação do Projeto Solar para Geração de Energia Elétrica, a partir de painéis fotovoltaicos. A segunda beneficia o setor de telecomunicações por meio da inclusão de ação que visa estimular o processo de inovação tecnológica, com a padronização de equipamentos produzidos no país.

Após votar as emendas, a comissão aprovou um requerimento de Cristovam Buarque (PPS-DF) que inclui convidados para audiência pública sobre preço de combustíveis e outro de Hélio José para realização de audiência pública sobre financiamento de TVs comunitárias.

A pedido do presidente do Senado, Eunício de Oliveira, o cronograma de votação do projeto da Lei das Diretrizes Orçamentárias de 2019 (PLN 02/2018) foi encurtado. A Comissão Mista de Orçamento (CMO) terá de votar o relatório final até 4 de julho, para no dia 5 ser colocado em votação pelo Congresso. Assim, a data final para apresentação de emendas se encerrará dia 26, sendo publicadas no dia 28. O parecer do relator da LDO, senador Dalírio Beber (PSDB-SC), com as emendas, será publicado dia 1º de

julho, um domingo, para que na quarta-feira seguinte seja votado pela CMO.

Intervenção no Rio

A CMO adiou para terça-feira a discussão e a votação da MP 825/2018, que concede crédito extraordinário de R\$ 1,2 bilhão ao Gabinete de Intervenção Federal no Rio de Janeiro. Além das sessões de votações na Câmara e no Senado estarem ocorrendo em esforço concentrado, o que esvaziou a comissão, a relatora da MP, senadora Rose de Freitas (Pode-ES), passou mal e recebeu ordem médica para repousar. O Gabinete de Intervenção Federal chegou a enviar informações ao presidente da comissão, deputado Mário Negromonte Jr. (PP-BA) e à senadora, para serem fornecidas aos parlamentares.

— A questão da intervenção não é mais o ponto. O que os parlamentares desejam são as informações sobre a destinação das verbas. E a pessoa que melhor domina esse tema é a senadora Rose, por ter sido a relatora. Por isso aguardamos o restabelecimento da senadora — explicou Negromonte.

Segundo o Gabinete de Intervenção, dezenas de veículos da polícia do Rio que estavam quebrados foram reparados, retornando ao patrulhamento das ruas. Além disso, o estado tem uma série de concursos de policiais militares e civis em andamento que necessitam de recursos para avançar.



Luís C. Sales/Gabinete do senador Waldemir Moka

Parlamentares adiam reunião até o restabelecimento da senadora Rose

Avança em comissão parcelamento do seguro obrigatório em 12 vezes

Projeto que permite aos proprietários de veículos o pagamento do seguro obrigatório em 12 parcelas foi aprovado ontem na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O texto vai passar por mais um turno de votação.

O PLS 162/2014, de Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), busca diminuir o prejuízo financeiro que hoje têm os proprietários de determinadas categorias de veículos com o seguro. Ele acredita que esse parcelamento reduzirá a inadimplência, especialmente dos donos de

motocicletas que possuem o maior custo em relação ao valor do veículo.

A relatora, Ana Amélia (PP-RS), apresentou texto alternativo para retirar a vigência imediata da futura lei. Para a efetiva implantação dessa medida, a senadora considera necessário prazo para que a administração possa oferecer aos cidadãos os meios para o parcelamento, em cada estado, uma vez que o pagamento do seguro é vinculado ao do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).

País investe em técnicas agrícolas de baixo carbono, aponta debate

Segundo especialistas, o Brasil possui linhas de crédito para agricultura sustentável, mas são desconhecidas pelos produtores

O BRASIL JÁ investiu R\$ 15,5 bilhões em novas tecnologias agrícolas, como forma de mitigar os efeitos maléficos das mudanças climáticas e favorecer a agricultura de baixo carbono.

Os dados foram apresentados ontem pelo representante do Ministério da Agricultura, Elvison Ramos, em audiência pública na Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC). Os recursos são da linha de crédito oferecida a produtores rurais pelo Plano ABC, que, desde 2010, estimula a adoção de práticas sustentáveis para a redução de emissão de gases de efeito estufa.

Segundo Ramos, o plano prevê a recuperação de pastagem degradadas, adoção de sistema de plantio direto, fixação biológica de nitrogênio e tratamento de dejetos de animais, entre outras metas. Mais de 51% dos municípios já adotam as tecnologias do Plano ABC.

Coordenador do Observatório ABC, Ângelo Gurgel apontou os desafios



Rogério de Sá/Agência Senado

Para Jorge Viana, quem aderir à agricultura de baixo carbono deve ser mais beneficiado

para a agricultura de baixo carbono “deslançar de vez” no Brasil:

— O plano traz retorno para o pecuarista, mas falta conhecimento por parte do produtor, do setor privado, do setor financeiro. O operador de crédito conhece menos, e isso torna o crédito menos palatável para o empréstimo. Os técnicos agrícolas, os agrônomos e zootecnistas também desconhecem os benefícios da agricultura de baixo carbono — afirmou.

O chefe de Operações Indiretas do BNDES, Tiago Cabral, explicou que o banco oferece crédito também em programas de agricultura familiar e por meio dos Fundos Clima e Amazônia, de incentivo à agricultura sustentável.

Coordenador da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Nelson Ananias destacou que a maioria dos produtores investe em eficiência para evitar o avanço da atividade agrícola em novas áreas.

— Todo esse esforço precisa chegar na ponta e ser atrativo ao produtor rural. Em termos de produção, a atividade agrícola é 408% mais produtiva que 40 anos atrás — afirmou.

Relator da comissão mista, Jorge Viana (PT-AC) disse que a agricultura de baixo carbono é hoje a grande aliada da produção sustentável no século 21.

— Mas isso não foi entendido pelo país, de recursos minguados e crédito deficiente. Deveríamos dar tratamento VIP a quem entrasse na agricultura de baixo carbono para atrair mais gente.

Violência obstétrica é realidade na saúde, dizem especialistas

Uma em cada quatro mães brasileiras sofreu algum tipo de agressão no pré-natal ou no parto. A informação, apontada em estudo da Fundação Perseu Abramo, foi um dos pontos discutidos ontem em audiência pública sobre violência obstétrica. O evento foi promovido pela Comissão Mista de Combate à Violência Contra a Mulher.

Para a presidente da Rede pela Humanização do Parto e do Nascimento, Daphne Rattner, a violência obstétrica ocorre em hospitais públicos e privados.

— Não é questão do SUS, mas uma questão cultural da nossa sociedade. O cuidado deveria estar centrado no bem-estar da mulher, do bebê e da família.

Mas infelizmente a cultura institucional faz com que o cuidado esteja centrado na conveniência do profissional e da instituição.

De acordo com o Ministério da Saúde, mais de 90% das mortes de mulheres durante o parto poderiam ter sido evitadas. Representante da pasta, Thaís Oliveira ressaltou o alto índice de partos por cesariana no país, que chega a 56,5%.

— A cesariana é uma cirurgia importante porque salva vidas, mas apenas quando indicada. Há vários riscos, como qualquer cirurgia: hemorragia, ruptura uterina, depressão, embolia.

O médico Etelvino de Souza Andrade, do Conselho Federal de Medicina,

disse que parte da violência a que as mulheres são submetidas se deve à falta de estrutura em hospitais públicos. Ele lembrou que algumas instituições não cumprem a lei que determina a presença de acompanhante nos partos.

— Não há acomodações suficientes e faltam insumos básicos, como UTI.

Doutora em saúde pública, Silvia Badim Marques citou pesquisa sobre 80 ações por danos morais movidas por mulheres vítimas de violência obstétrica. A pesquisa identificou denúncias de lesões medulares, condição vegetativa, esquecimento de objetos e restos placentários no abdome, infecções e laqueaduras sem autorização.

Comissão aprova MP sobre agentes comunitários de saúde

A comissão mista da medida provisória que altera a legislação sobre agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias aprovou o relatório final. O texto segue agora para os Plenários da Câmara e do Senado.

A MP 827/2018 torna obrigatória a presença de agentes de saúde na Estratégia de Saúde da Família, programa de atenção básica do SUS. Igualmente,

será obrigatória a presença de agentes de combate à endemias na estrutura de vigilância epidemiológica e ambiental.

O relatório, de Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), foi lido por Eduardo Amorim (PSDB-SE), que substituiu Cássio na reunião e defendeu o papel dos agentes.

— É fundamental apoiar todos os profissionais que trabalham pela

saúde, sejam médicos, enfermeiros ou agentes comunitários.

De acordo com a MP 827, a cada dois anos os agentes frequentarão cursos de aperfeiçoamento, que serão organizados e financiados pela União, por estados e por municípios. O transporte aos locais de atuação será financiado pelo estado ou município a que o profissional for vinculado.

Ana Amélia defende projeto que simplifica doação de órgãos

Ana Amélia (PP-RS) se disse favorável ao projeto de lei de Lasier Martins (PSD-RS) que dispensa a autorização da família para doação de órgãos de pessoa que, antes de morrer, tenha manifestado o desejo de doá-los.

A senadora é relatora do PLS 453/2017 na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

— É muito simples essa lei. Essa doação, é claro, pressupõe que seja uma doação de forma gratuita, para evitar a comercialização, ou para fins de pesquisa, se for o caso, por instituições de pesquisa em nosso país — esclareceu.

Humberto apoia proposta que pune importunação sexual

Humberto Costa (PT-PE) comemorou a aprovação, pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), do projeto que torna crime a importunação sexual, ato libidinoso



Gerardo Magela/Agência Senado

contra alguém sem consentimento.

O texto, que vai a Plenário, é um substitutivo da Câmara a projeto (PLS 618/2015) de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). Relator na CCJ, Humberto destacou que a proposta, entre outros pontos, tipifica o crime de divulgação de cenas de estupro e penaliza casos como o molestamento de passageiras no transporte público.

Venezuelanos são 8% da população de Roraima, revela Rudson Leite

Rudson Leite (PV-RR) cobrou atenção do governo federal aos imigrantes da Venezuela em Roraima. Segundo ele, os venezuelanos já constituem 8% da população do estado. O senador destacou a visita que Michel Temer fará ao estado nesta semana e disse que a chegada dos venezuelanos aumentou a demanda por escolas e hospitais.



Gerardo Magela/Agência Senado

O senador também pediu que o governo se posicione sobre a renovação de um contrato de fornecimento de energia entre Roraima e a Venezuela.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burre
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Rússia e Suíça devem ter novos embaixadores

Intercâmbio comercial com Moscou e acordo de livre comércio com europeus foram citados em sabatina na Comissão de Relações Exteriores. Indicações vão a Plenário

O PAÍS DEVE ter novos titulares nas embaixadas na Rússia, cumulativamente com Uzbequistão, e na Suíça, cumulativamente com Liechtenstein. As indicações de Tovar da Silva Nunes e Evandro de Sampaio Didonet, respectivamente, foram aprovadas ontem na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e seguem ao Plenário.

Brasil e Rússia mantêm um intercâmbio comercial de cerca de US\$ 5 bilhões por ano, "o que é pouco para o potencial dos dois países". Esse foi o ponto de vista defendido por Nunes, que afirmou que o objetivo do Itamaraty é que as trocas comerciais cheguem a US\$ 10 bilhões em 2023, crescendo cerca de US\$ 1 bilhão por ano. Isso se dará, em parte, por meio de negociações envolvendo barreiras fitossanitárias e tarifárias estabelecidas pelos russos contra produtos brasileiros.

Fim dos embargos

Ana Amélia (PP-RS) defendeu que a prioridade deve ser dada ao embargo russo contra as carnes bovina e suína do Brasil. Essa restrição tem prejudicado enormemente produtores gaúchos que exportavam para o país europeu.

Nunes afirmou que o ministro da Agricultura, Blairo Maggi, embarcou na quarta-



Indicações de Tovar Nunes (E) e Evandro Didonet (D) foram aprovadas em reunião presidida por Fernando Collor (C)

-feira para a África do Sul com o objetivo de negociar o fim dos embargos durante reunião dos Brics, grupo que reúne Brasil, Rússia, Índia, China e a própria África do Sul.

— Suspender o embargo é prioritário, mas em Moscou focarei em outros produtos. Eles taxam a cachaça em 81%, as carnes desossadas em 37%, as de galo e galinha em 60%. São tarifas impeditivas para que haja comércio — assinalou.

De acordo com o diplomata, o Brasil tem interesse em fechar um acordo de cooperação e facilitação de investimentos (ACFI) com a Rússia.

— Com o ACFI, será possível, só para citar um exemplo, instalar uma fábrica de frango no Uzbequistão ou no Cazaquistão e dali exportar para a Rússia e outros países que faziam parte da União Soviética.

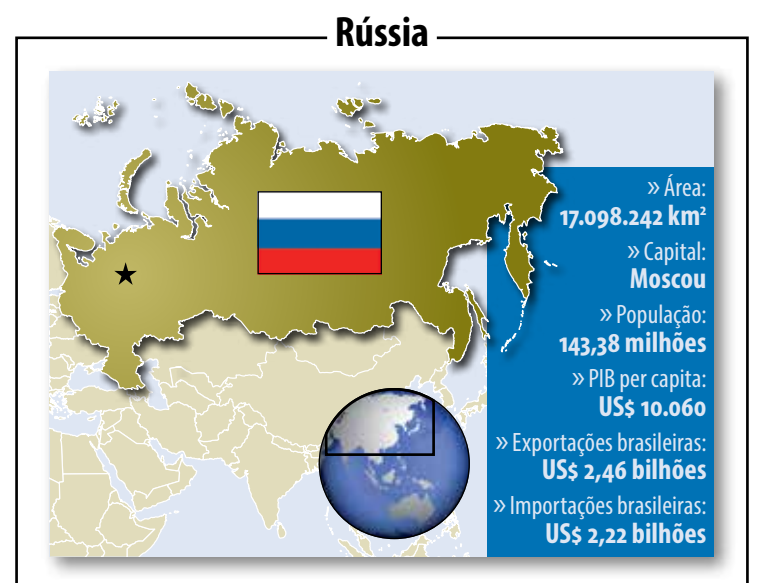
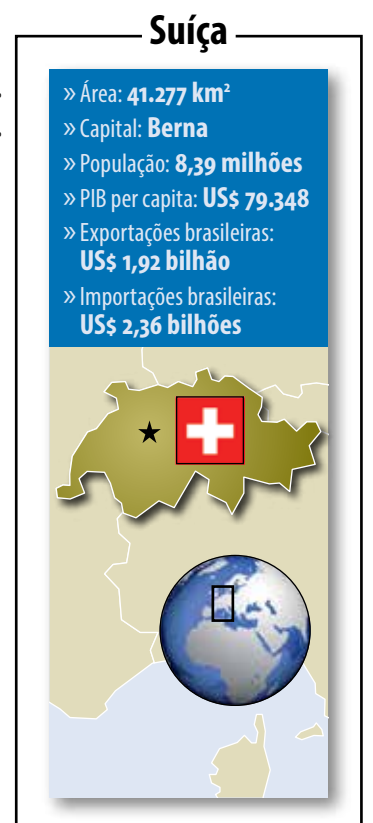
Ele disse que empresas russas vem fazendo investimentos consistentes no Brasil. Tovar citou, entre outras, a Rosneft, com US\$ 1,2 bilhão colocado na exploração de petróleo no Amazonas, a Acron, que comprou uma fábrica de fertilizantes em Três Lagoas (MS) e a Rosatom, que investe em energia no Rio de Janeiro, em fármacos no Paraná e no rastreamento de detritos espaciais em Minas Gerais.

Livre comércio

Indicado para a Suíça, Didonet informou que uma das prioridades será aprofundar as negociações pela assinatura de um acordo de livre comércio entre o Mercosul e a European Free Trade Association (EFTA).

— Se esse acordo for fechado, será o primeiro do Mercosul com um bloco formado apenas por nações de alto

índice de desenvolvimento (os outros países são Noruega, Islândia e Liechtenstein). Ambos os lados estão animados, a despeito das dificuldades tradicionais em negociações desse tipo, envolvendo especialmente o setor agrícola destes países.



Fonte: CIA World Factbook e investexportbrasil.gov.br

Debatedores pedem regras para cultivo medicinal da maconha

Famílias que lutam pela regulamentação da maconha para fins medicinais, pesquisadores e psiquiatras defenderam ontem pela manhã, em audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), a aprovação do projeto que descriminaliza o cultivo caseiro da planta. Eles pediram que o PLS 514/2017 também permita que associações mantenham plantações para extrair substâncias que tenham fins terapêuticos.

À tarde, numa segunda parte do debate, especialistas defenderam que o uso de maconha pelos jovens não deve ser abordado apenas pelo viés repressivo.

Presidente da CAS e relatora do projeto, Marta Suplicy (MDB-SP) disse estar convencida da necessidade de regulamentar a maconha para fins medicinais e acredita que a discussão do PLS 514/2017 de forma separada do uso recreativo facilitará seu avanço.

A advogada Margarete Brito, que em 2016 se tornou a primeira brasileira a ter autorização para plantar maconha em casa, disse que a regulamentação vai beneficiar famílias que

hoje não têm acesso ao óleo da planta. Coordenadora-geral da Associação de Apoio à Pesquisa e Pacientes de Cannabis Medicinal, Margarete contou que as convulsões da filha Sofia diminuíram depois que ela começou a usar o produto.

O psiquiatra Luís Tófoli observou que o uso da maconha pode trazer riscos como qualquer substância, mas é impossível negligenciar os benefícios para diversas doenças.

Para ele, o projeto não pode deixar nas mãos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) a regulamentação da maconha com fins medicinais. Desde 2006, a Lei de Tóxicos prevê autorização de cultivo para pesquisas, mas a regula-

mentação não saiu do papel.

— A Anvisa foi moldada para dialogar com a indústria farmacêutica. Mas é fundamental possibilitar o autocultivo, o cultivo compartilhado e o acesso — afirmou Tófoli.

Renata Souza, da Anvisa, reconheceu os limites legais da agência para regular o cultivo caseiro da planta.

Uso recreativo

A audiência também discutiu o uso recreativo da maconha. Para a professora da Universidade de Brasília Andrea Gallassi é crucial entender por que o jovem usa drogas.

— Há uma ideia de que adolescentes usam drogas para fugir de problemas. Mas existe

também diversão e prazer associados. Isso é importante para que programas de prevenção se aproximem de adolescentes com a fala adequada.

O médico da Sociedade Brasileira de Pediatria João Lotufo enxerga semelhanças entre a inserção da maconha na vida dos jovens e a inserção do tabaco em décadas anteriores.

— A maconha hoje é o tabaco da década de 1950.

O pneumologista da Comissão de Combate ao Tabagismo da Associação Médica Brasileira, Alberto de Araújo, citou um exemplo específico de como iniciativas bem-intencionadas podem passar a mensagem errada.

— Em geral, quem dá aulas

sobre drogas nas escolas? Um policial, um bombeiro. Não é bom. A missão dele é reprimir.

A avaliação foi corroborada pelo representante da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça, Gustavo Baptista. Segundo ele, o órgão percebeu que algumas iniciativas estavam alcançando o efeito oposto ao pretendido.

Os especialistas divergiram quando o assunto foi a legalidade da maconha. O pediatra João Lotufo relatou que são cada vez mais comuns os casos de adolescentes ou até mesmo crianças que necessitam de atendimento médico urgente para casos de alta gravidade relacionados ao consumo de drogas. Na sua visão, a legalização das substâncias hoje ilícitas elevaria o consumo e aumentaria essas incidências.

Alberto de Araújo ponderou que, no caso da maconha, é preciso separar os tratamentos medicinais de eficácia comprovada. Ele argumentou que há evidências de que o consumo da droga traz prejuízos cognitivos, mas enfatizou que ela seja tratada como um problema de saúde, não de polícia.



Marta Suplicy (3ª à esq.) preside debate sobre maconha entre jovens. Mais cedo foi debatido o uso medicinal

IPI de refrigerante ganha urgência no Plenário

Apresentados por senadores do Amazonas, projetos para sustar decreto presidencial que reduziu imposto de insumo usado na fabricação da bebida terão tramitação acelerada

TERÃO TRAMITAÇÃO MAIS rápida dois projetos de decreto legislativo que buscam suspender os efeitos de um decreto do Poder Executivo que reduziu de 20% para 4% as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidentes na produção de extratos ou sabores concentrados (xaropes) usados na fabricação de refrigerantes. O Plenário aprovou ontem à tarde pedidos de urgência na tramitação, a partir de requerimentos da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que mais cedo havia aprovado os dois projetos (PDSs 57/2018 e 59/2018).

Para os senadores do Amazonas, a medida do governo (Decreto 9.394/2018) tem impacto negativo sobre a indústria de concentrados de refrigerantes instalada na Zona Franca de Manaus. Eles avaliaram o decreto presidencial como um duro golpe contra a política de incentivo fiscal vigente na região. A Zona Franca tem tratamento diferencia-

do e incentivos tributários garantidos pela Constituição.

Vanessa Grazziotin (PCdoB) e Omar Aziz (PSD) são os autores do PDS 57/2018 e Eduardo Braga (MDB), do PDS 59/2018.

— A questão que discutimos não é o percentual do IPI, e sim a segurança jurídica de quem faz o investimento. Não adianta você fazer um investimento e a regra do jogo ser mudada a bel-prazer do governo federal.

Essa é uma prática que afugenta investimentos e a seriedade do Brasil é posta em xeque — argumentou Omar Aziz.

Para Eduardo Braga, os projetos, se aprovados, trarão de volta a garantia dos empregos na Zona Franca de Manaus e a segurança jurídica aos investidores. Também garantirão a preservação da Zona Franca, “um projeto de sustentabilidade ambiental que mantém

em pé a Floresta Amazônica”, afirmou o senador.

Na CCJ, os projetos apresentados pela bancada do Amazonas receberam parecer pela aprovação do relator, senador Roberto Rocha (PSDB-MA).

Nova alíquota

Editado em maio, o Decreto 9.394 reduziu de 20% para 4% a alíquota de IPI incidente sobre o extrato concentrado

para elaboração de refrigerantes. O produto final, que é o refrigerante, é tributado em 4%. Essa diferença existente antes do decreto gerava créditos na apuração do IPI pelas indústrias de refrigerantes.

O governo alega que o incentivo foi apenas reduzido para maior equilíbrio fiscal e que o decreto corrigiu uma distorção: a carga sobre o insumo (20%) era maior do que sobre o produto final (4%).

O assunto dividiu até mesmo entidades representantes do setor, como ficou evidenciado na audiência pública na CCJ na terça-feira. Os representantes dos fabricantes regionais acusam os grandes produtores, como Coca-Cola e Ambev, de usarem as fábricas de concentrados no Amazonas para distribuir descontos na forma de compensação fiscal nas suas diversas filiais pelo Brasil. Além disso, segundo eles, há concorrência desleal, com empresas instaladas longe de Manaus, que não têm acesso a esse crédito tributário.



Pedro Franco/Agência Senado

Na Comissão de Constituição e Justiça, senadores aprovam os projetos para sustar decreto do Poder Executivo

Aprovadas punições mais severas para conta irregular de campanha

Partidos e candidatos que não prestarem conta ou tiverem números da campanha rejeitados deverão pagar multa de 10% do valor dos gastos declarados ou, em caso de não haver declaração, do teto de gastos previsto para o cargo. É o que determina o PLS 399/2017, de Elmano Férrer (Pode-PI), aprovado ontem na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Se não houver recurso para análise em Plenário, o texto seguirá para a Câmara dos Deputados.

A proposta atualiza a Lei das Eleições (Lei 9.504, de 1997). A intenção é tornar mais efetiva a exigência da prestação de contas dos candidatos e partidos políticos.

Hoje, o partido que descumprir as normas de arrecadação e aplicação de recursos para a campanha já é penalizado com a perda do direito de receber cotas do Fundo Partidário do ano seguinte. Mas a suspensão do repasse de novas cotas do fundo, decorrente da desaprovação total ou parcial da prestação de contas do candidato, é aplicada “de forma proporcional e razoável” pelo período de 1 a 12 meses. A lei diz ainda que a suspensão não pode ser aplicada se a prestação de contas não for julgada pela Justiça Eleitoral no prazo de cinco anos de sua apresentação. Já no caso do candidato, ele pode ser condenado por

abuso do poder econômico e não ter emitida a certidão de quitação eleitoral.

Na opinião de Elmano, a atual punição atinge os partidos políticos ao restringir o acesso aos recursos do Fundo Partidário e ao novo Fundo Eleitoral, criado em 2017, mas resguarda, de certa forma, os candidatos que tiveram as contas de campanhas rejeitadas, além de não prever penalidades para os casos de não apresentação das contas de campanha.

“É imperioso que o Parlamento brasileiro assuma sua função legislativa e imponha efeitos jurídicos mais contundentes aos desrespeitos às normas de transparência e moralidade eleitoral ao passo que privilegia o princípio da responsabilidade solidária entre candidatos e partidos políticos”, justifica o senador no texto do projeto.

Relatora, Simone Tebet (PMDB-MS) afirma que a proposta é conveniente ao atual contexto, já que a sociedade brasileira pede transparência, moralidade e probidade nas campanhas eleitorais.

“Trata de providência que não apenas caminha na direção de permitir ao eleitor conhecer melhor aqueles que pretendem assumir um cargo eletivo, como na de coibir o abuso do poder econômico nas eleições”, diz.

Importunação sexual poderá passar a ser crime

A importunação sexual — prática de ato libidinoso contra alguém sem seu consentimento — poderá passar a ser crime previsto no Código Penal. Projeto com esse objetivo foi aprovado ontem na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que aprovou também requerimento para que a proposta seja votada com urgência pelo Plenário.

O texto é um substitutivo da Câmara (SCD 2/2018) a projeto (PLS 618/2015) de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). O relator, Humberto Costa (PT-PE), citou episódios recentes em

que homens ejacularam em mulheres e não foram punidos, em razão da falta de tipificação legal. Para ele, essa lacuna precisa ser solucionada.

— A ausência de um tipo penal específico gerou anomalias no sistema jurídico, pois os juízes se viam impossibilitados de aplicar a justa sanção em razão da ausência de tipificação legal.

Vanessa citou outras formas de agressão sexual sofridas por mulheres e que também se enquadravam como meras contravenções penais.

— Agora temos uma lei que

tipifica essas ações como crime e os juízes não poderão alegar não haver um tipo penal em que possam enquadrar e levar adiante um processo, que possa gerar punições concretas.

Outra mudança atinge as redes sociais. A divulgação de cena de estupro também será considerada crime, com pena de um a cinco anos de reclusão. Se for feita por alguém com relação íntima com a vítima, a pena pode aumentar. A medida pune o chamado *revenge porn* — a divulgação de cenas de nudez ou sexo da vítima por ex-parceiros.

Vai à Câmara curatela para pessoas com deficiência

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem substitutivo a projeto que estabelece mudanças na regulação da curatela, que é a nomeação judicial de um curador para cuidar dos interesses de uma pessoa sem condições de manifestar plenamente sua vontade. Se não houver recurso para votação em Plenário, o projeto segue para a Câmara dos Deputados.

O substitutivo da relatora, Lídice da Mata (PSB-BA), ao PLS 757/2015 confirma o direito de pessoas com deficiência mental ou deficiência grave de tomarem decisão com o apoio de um curador.

De Paulo Paim (PT-RS) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), o projeto original

recuperava dispositivos sobre a curatela do Código Civil e do Código de Processo Civil derrubados pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência. Mas, na visão da relatora, a proposta confirmou “o tratamento da pessoa com deficiência como civilmente incapaz”.

Capacidade civil

Lídice admite que o discernimento de certas pessoas com deficiência “seja bem diferente dos padrões comuns”, mas avalia que isso não significa total ausência de entendimento, nem permite que uma vontade manifestada seja ignorada. Essa foi a perspectiva que a fez defender a integral adoção do paradigma de plena capacidade civil nos atuais dispositivos

do Código Civil e do Código de Processo Civil que tratam da curatela.

Assim, para quem tem deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave, mas é capaz de exprimir sua vontade, por qualquer meio, ficou garantida a formulação de pedido judicial de tomada de decisão apoiada para a prática desses atos de autonomia.

Esses cidadãos terão que eleger como curadores pelo menos duas pessoas com as quais mantenham vínculos, não necessariamente familiares. Ao mesmo tempo, o substitutivo nega o recurso à tomada de decisão apoiada para aqueles que não consigam manifestar sua vontade por qualquer meio.